

A DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS FOTOGRAFICOS MUNICIPAIS

Raquel dos Santos

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão em Arquivos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão em Arquivos.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Blaya Perez

**Santa Maria, RS, Brasil.
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM ARQUIVOS – EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo-assinada, aprova a Monografia:

**A DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS
MUNICIPAIS**

elaborada por
Raquel dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão em Arquivos

Comissão Examinadora:

**Carlos Blaya Perez, Dr. (UFSM)
(Presidente Orientador)**

André Zanki Cordenonsi, Dr. (UFSM)

Luiz Patrick Kaiser, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 22 de dezembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, fonte onde busquei força, coragem e inspiração nos inúmeros momentos em que o dia a dia pesou tanto ao ponto de me fazer desejar desistir.

Ao meu amor, Vinícius Dias Gonçalves, pelo companheirismo, por compartilhar comigo ideias, sonhos e projetos para o futuro, e principalmente pelas doses diárias de amor que, mesmo estando longe fisicamente soube se fazer presente na minha vida.

Aos meus amados pais, por terem me dado à vida e, em especial a minha mãe (*in memoriam*) por ter sido a base de tudo aquilo de melhor que existe em mim.

Ao meu orientador Carlos Blaya Perez que, me acompanha desde o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pelo carinho, paciência, incentivo e sugestões.

A Delurdes Kirchoff Caetano, mãe emprestada, pela força, carinho, compreensão e pelos conselhos, sempre me socorrendo nos piores momentos.

E, a todos aqueles que de alguma forma, direta ou indiretamente contribuíram para que a conclusão de mais etapa da minha vida acadêmica fosse concluída.

EPÍGRAFE



Fonte: arquivo pessoal Raquel dos Santos

Título: eu e minha irmã

Fotógrafo: não identificado

Local: Erechim – RS

Personagens: (da esquerda pra direita) Raquel dos Santos e Carla Maria dos Santos

Comentário: Ter uma irmã é ter uma amiga pra sempre, e o melhor é saber que o pra sempre nunca acaba.

“A melhor coisa sobre uma fotografia é que ela não muda, mesmo quando as pessoas mudam”.

Andy Warhol

RESUMO

Monografia

Especialização em Gestão em Arquivos - EAD

Universidade Federal de Santa Maria

Universidade Aberta do Brasil - UAB

DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS FOTOGRÁFICOS MUNICIPAIS

AUTORA : RAQUEL DOS SANTOS

ORIENTADOR: CARLOS BLAYA PEREZ

Data e local da Defesa: Santa Maria, 22 de dezembro de 2012

Esta Monografia consiste na análise das atividades de difusão adotadas no Centro Municipal de Fotografia (CDMF) – Montevideo – Uruguay; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico – Lisboa – Portugal e o Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Brasil. O mesmo procura salientar a relevância desta função arquivística que tem o intuito de promover o arquivo, aproximando-o da comunidade em geral. A coleta de dados foi realizada através de um questionário aplicado via internet. Os resultados obtidos revelam quais as atividades de difusão que são adotadas nos arquivos pesquisados, ressalta quais destas atividades que revelaram-se mais eficientes na difusão dos acervos e que estas instituições estão cumprindo com a função social atribuída aos arquivos de propagar a informação contida nos acervos aos usuários. Pois, apesar de detectarem-se alguns fatores que podem ser melhorados, compreendeu-se a existência de um esforço em busca de aperfeiçoar cada vez mais os serviços ofertados aos usuários, sendo uma das preocupações por parte do profissional arquivista.

Palavras-chave: arquivologia, difusão, arquivos fotográficos, arquivos municipais.

ABSTRACT

Monograph

Management Specialization in Archives - EAD

Federal University of Santa Maria

Open University of Brazil - UAB

DIFFUSION IN MUNICIPAL PHOTOGRAPHIC ARCHIVES

AUTHOR: RAQUEL DOS SANTOS

ADIVISOR: CARLOS BLAYA PEREZ

Defense Place and Date : Santa Maria, 22 of December 2012

This monograph consists of the analysis of diffusion activities adopted in the Municipal Center of Photography (CDMF) - Montevideo - Uruguay; Municipal Archives Photo Center Lisbon - Lisbon - Portugal and the Municipal Archives of the city of Rio de Janeiro - Brazil. The same seeks to highlight the relevance of this archival function that aims to promote the file, approaching the community at large. Data collection was conducted through a questionnaire administered via internet. The results reveal which of dissemination activities that are adopted in the archives researched, which emphasizes that these activities are found to be more efficient in spreading the collections and that these institutions are fulfilling the social role assigned to files propagate the information contained in the collections users. For despite detect some factors that can be improved, it was understood that there is a striving to improve more and more services offered to users, one of the concerns of the professional archivist.

Keywords: archivology, diffusion, photographic archives, municipal archives.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tipos de Usuários.....	37
QUADRO 2 – Finalidade das Consultas no Acervo.....	37
QUADRO 3 – Atividades de Difusão.....	38
QUADRO 4 – Instrumentos Utilizados para Divulgar as Atividades do Arquivo.....	44
QUADRO 5 – Fatores de Influência no Planejamento da Difusão do Arquivo.....	45

LISTA DE SIGLAS

CdF – Centro Municipal de Fotografia de Montevideo.....	12
CIA – Conselho Internacional de Arquivos.....	22
ISAD-G – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.....	22
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos.....	22
NOBRADE - Norma Brasileira de Descrição Arquivística.....	22

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Carta de Apresentação.....	54
Apêndice B – Questionário.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Objetivos	12
1.1.1 Objetivo Geral	12
1.1.2 Objetivos Específicos	13
1.2 Justificativa	13
2 METODOLOGIA	16
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
3.1 Fotografia	18
3.1.1 Breve Histórico da Fotografia	18
3.1.2 Os Pioneiros da Fotografia	19
3.1.3 Os Processos Fotográficos	20
3.2 Funções Arquivísticas	21
3.3 Difusão da Informação Arquivística	23
3.3.1 Difusão da Informação Arquivística On Line	24
3.4 Arquivos Municipais	26
4 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	27
4.1 Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro	27
4.2 Centro de Fotografia de Montevideo	30
4.3 Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico	31
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	33
5.1 Identificação das Instituições e Recursos Humanos	33
5.2 Treinamento de Equipe	34
5.3 Cadastro de Pesquisadores	34
5.4 Treinamento de Usuários	35
5.5 Estudo de Usuários	36
5.6 Tipos de Usuários	36
5.7 Finalidade das Consultas nos Acervos	37
5.8 Atividades de Difusão	38
5.9 Instrumentos de Pesquisa	43
5.10 Mudança Comportamental dos Usuários a partir das Atividades de Difusão	43
5.11 Instrumentos Utilizados na Divulgação do Arquivo	44
5.12 Instrumentos de Difusão que apresentam Melhores Resultados	44
5.13 Fatores de Influência no Planejamento da Difusão do Arquivo	45
5.14 Contribuição Relacionada as Atividades de Difusão	45
6 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICES	52

1 INTRODUÇÃO

A tendência em registrar seus feitos é um comportamento inerente do ser humano. Já na pré-história o homem começa a registrar a realidade vivenciada através das pinturas rupestres feitas nas paredes das cavernas. Posteriormente, utilizando-se da escrita e mais recentemente da fotografia como meio de transmitir em imagens as suas vivências, ideias, sentimentos e ações.

O registro fotográfico mantém uma relação privilegiada entre a representação e a realidade. Sendo uma fonte riquíssima de informação a partir do momento em que foi gerada, devido a sua capacidade em reproduzir uma cena com uma grande riqueza de detalhes, pois para descrever o conteúdo da cena reproduzida de maneira textual seria muito mais trabalhoso. Como por exemplo, ao descrever a evolução de uma cidade, os detalhes de sua arquitetura, as pessoas que ali residiam, com seus hábitos, vestuário e costumes, são elementos que quando captados pelas lentes de uma câmera simplificam o entendimento dos fatos potencializando a capacidade de percepção.

Porém, o conteúdo da imagem só poderá ser corretamente compreendido se na fotografia estiverem identificados os objetos e/ou pessoas retratados, local, autoria, etc. A fotografia solta, desvinculada das informações que a identificam torna-se vazia devido a impossibilidade de contextualizá-la.

Nesse contexto, os arquivos fotográficos vêm ganhando destaque nas pesquisas históricas. Os historiadores que preferiam deter-se nas fontes escritas no desenvolvimento de seus trabalhos, passam a utilizar a fotografia como uma possibilidade a mais na leitura da realidade. Fato que atesta o caráter histórico da fotografia.

Pois, a fotografia congela uma imagem, imortalizada como cena que poderá ser objeto de investigação para o pesquisador. No caso das vistas urbanas, a imagem fotográfica permite observar as transformações ocorridas num determinado espaço através do tempo.

Portanto, é imprescindível a existência dos arquivos fotográficos, pois preservam, instigam, valorizam e demarcam os traços constitutivos da identidade de uma comunidade. Atuam na salvaguarda das imagens fotográficas de forma

sistemática, identificando-as e contextualizando-as com o fato gerador da imagem e, dessa forma, disponibilizando-as ao usuário por seu valor documental.

E é a partir da difusão arquivística que os acervos fotográficos são comunicados aos diferentes tipos de usuários.

As ações de difusão arquivística implementadas nos arquivos, popularizam a instituição arquivística e o seu acervo, comunicando a sociedade em geral quais são as informações sob sua custódia.

Dessa forma, reconhecendo a importância dos arquivos fotográficos e da difusão arquivística como ferramenta contributiva para a divulgação e aproximação do usuário com o acervo, e conseqüentemente na consolidação da democracia, este trabalho versa sobre as práticas de difusão utilizadas em arquivos fotográficos, especificamente no Centro Municipal de Fotografia (CdF) – Montevideo – Uruguay; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico – Lisboa – Portugal e o Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

Nas três instituições pesquisadas, destaca-se a preocupação com a preservação e difusão das imagens fotográficas na compreensão da história da comunidade em que se inserem e na compreensão da evolução dos municípios. Sendo que a fotografia é um dos melhores meios de fazer esses registros, pois, atua como elemento revelador de aspectos constitutivos das mudanças que caracterizam a evolução e a transformação de uma cidade.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Pesquisar as atividades de difusão desenvolvidas pelo Centro Municipal de Fotografia (CdF) – Montevideo – Uruguai; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico – Lisboa – Portugal e o Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Brasil, na difusão dos seus acervos fotográficos municipais.

1.1.2 Objetivos Específicos:

- Identificar e analisar as ações, atividades e instrumentos utilizados na difusão dos acervos fotográficos dos arquivos pesquisados;
- Ressaltar as atividades de difusão que revelarem-se mais eficientes na difusão dos acervos;
- Contribuir com a análise das práticas de difusão utilizadas por arquivos fotográficos municipais de diferentes países;

1.2 Justificativa

Os acervos fotográficos constituem-se em fontes, de certa forma, privilegiadas, por comportarem informações com uma riqueza de detalhes que nem sempre são encontradas na documentação escrita. As fontes imagéticas permitem ir muito além das meras descrições, porque trazem expressões de realidades vividas em outros tempos. A fotografia configura-se em objeto de pesquisa e um meio de comunicar e expressar as atividades humanas. As fotografias constituem o segundo gênero documental mais encontrado nos diversos arquivos, sendo superadas apenas pelos registros textuais.

Nesse sentido,

As diferentes nações puderam registrar suas tradições, culturas, paisagens, arquiteturas e monumentos, personagens – desde as figuras mais comuns aquelas mais ilustres -, festas e acontecimentos em geral. Expedições científicas e exploratórias, grandes construções (ferrovias, estradas, açudes e prédios) e destruições (guerras, movimentos cataclísmicos) foram também documentadas. As pessoas sentiam a necessidade de se “deixarem fotografar” para a posteridade. (...) o homem se descobriu e descobriu o mundo adquirindo informações e conhecimentos que antes lhe chegavam apenas de forma escrita, oral e por meio de desenhos e pinturas. (Rodrigues, 2007, p. 04)

Neste contexto, atualmente, os arquivos fotográficos vem ganhando destaque no desenvolvimento de pesquisas históricas como importante fonte de informações. Está ocorrendo cada vez mais, por parte da historiografia contemporânea, a valorização da fotografia como objeto ou fonte da história.

A noção de passado está longe de depender apenas de fontes escritas, e

nesse campo, a fotografia deve ser também entendida como documento, que associada a outros registros possibilita novas interpretações. (PAIVA, 2004)

Entretanto, para que a fotografia mantenha seu valor, é imprescindível que estejam contextualizadas e que sejam devidamente identificadas pessoas, objetos, locais, autores, etc. a que se referem. Pois, o contexto aciona toda uma rede semântica que vai conectar outros fios em sua malha para produzir mais alcance do conhecimento assim obtido. (MANINI, 2001)

E é nos arquivos fotográficos que as imagens fotográficas são analisadas e identificadas objetiva e sistematicamente a partir de metodologias adequadas e disponibilizadas ao público como documentos arquivísticos, preservadas como fontes essenciais na reconstituição de fatos históricos, das memórias da vida individual e coletiva.

Para que os acervos fotográficos sejam comunicados a comunidade a difusão arquivística torna-se essencial. Considerando que o arquivo é local de informação e comunicação, tendo como função maior garantir o acesso ao acervo custodiado, as políticas de difusão implementadas pelas instituições arquivísticas contribuem para o cumprimento de sua finalidade básica de tornar acessíveis as informações contidas em seu acervo a toda comunidade.

Foram eleitos como universo de estudo, os seguintes arquivos: Centro Municipal de Fotografia (CdF) – Montevideo – Uruguai; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico – Lisboa – Portugal e o Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

A escolha dos arquivos investigados justifica-se por tratar-se de três arquivos municipais, com expressivo acervo fotográfico, pertencentes a cidades situadas em três países distintos, portanto, com culturas distintas, onde a fotografia foi introduzida de maneiras variadas, assim como ocorreu com o processo de formação dos respectivos acervos fotográficos. Fatores que enriquecem a pesquisa realizada devido às inúmeras atividades e ações que podem ser implementadas no processo de difusão em acervos tão valiosos do ponto de vista informacional e com realidade e cultura distintas.

Salientando que as cidades onde estão localizadas as instituições arquivísticas pesquisadas são duas capitais e uma ex-capital dos referidas nações, o que vem reforçar a importância dos mesmos não só a nível municipal, mas também

no cenário histórico nacional dos países a que pertencem.

E, dessa forma ao demonstrar a realidade e as características da difusão arquivística implementada nos acervos arquivísticos fotográficos pesquisados; contribuir com a análise das práticas de difusão utilizadas por arquivos fotográficos municipais.

Destacando que ao investigar e divulgar as práticas de difusão implementadas em arquivos fotográficos municipais de nacionalidades distintas, é possível contribuir para compor o panorama do que pode ser feito pelos arquivos municipais em relação a difusão de seus acervos fotográficos.

2 METODOLOGIA

Os arquivos são retratos da história da sociedade, por demonstrarem de forma fidedigna fatos, ocorrências e transformações ocorridas nas relações entre as pessoas, no cotidiano e na evolução da localidade retratada. Nesse sentido os arquivos fotográficos municipais são fontes primárias para a história de uma localidade.

A preservação da memória local requer, assim, a preservação e a difusão dos arquivos fotográficos municipais.

Para a realização da análise das práticas de difusão utilizadas por arquivos fotográficos municipais desenvolveu-se essa pesquisa, a qual, é considerada aplicada, pelos conhecimentos aplicados as questões específicas referentes às atividades de difusão desenvolvidas.

Além disso, tendo em vista os objetivos propostos, a pesquisa desenvolvida é de cunho descritivo e abordagem qualitativa que, é indicada quando se busca descrever a complexidade de determinado problema, entender as relações sociais e culturais nas quais está inserido.

Nesse sentido,

A pesquisa descritiva é usada para descrever fenômenos existentes, situações presentes e eventos, identificar problemas e justificar condições, comparar e avaliar o que os outros estão desenvolvendo em problemas e situações similares, visando aclarar situações para futuros planos e decisões (GRESSLER, 2003, p. 54)

Quanto aos procedimentos adotados, inicialmente definiu-se as instituições arquivísticas detentoras de arquivos fotográficos que se utilizam da internet para difusão dos mesmos, objeto de estudo desta pesquisa. Foram eleitos, três arquivos municipais, de três cidades localizadas em países diferentes, que custodiam notável acervo fotográfico: Centro Municipal de Fotografia (CdF) – Montevideo – Uruguai; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico – Lisboa – Portugal e o Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

Após foi elaborado um questionário composto por perguntas abertas e fechadas – embasado no referencial teórico – para a coleta de dados.

Inicialmente, no questionário, foram solicitados os dados de identificação do arquivo e dos recursos humanos disponíveis e, após foram expostas as

perguntas que abordam: cadastro de pesquisadores, treinamento de usuários, atividades de difusão, usuários do arquivo, tipo de difusão que apresenta os melhores resultados para o arquivo, fatores de influência no planejamento da difusão do arquivo e contribuição relacionada às atividade de difusão.

Então, foram enviados via internet para os referidos arquivos, o questionário (Apêndice A), juntamente com uma carta de apresentação do orientador (Apêndice B).

Em um período aguardado de nove semanas, obteve-se 100% das respostas dos arquivos pesquisados, os quais foram apresentados neste trabalho em forma de quadros e textos, analisados e comentados, chegando-se, assim, as conclusões e resultados.

Assim, os métodos descritos nortearam a investigação dos fatos pesquisados revelando quais são as ações e atividades de difusão arquivística implementadas nos arquivos pesquisados.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Fotografia

A fotografia é uma das maneiras desenvolvidas pelo homem para se comunicar, é uma representação de fatos concretos que, em algum momento no tempo foram vivenciados.

Nesse sentido,

A fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva “testemunho da verdade” do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza fisicoquímica – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como esses de fato se parecem, a fotografia ganhou elevado status de credibilidade. (KOSSOY, 1999, p.19)

Entretanto, para compreender o presente é fundamental visitar o passado, assim, esse capítulo apresenta uma breve contextualização da fotografia na história.

3.1.1 Breve Histórico da Fotografia

Os fundamentos da fotografia são provenientes de dois princípios básicos que são: a câmera escura e os materiais fotossensíveis.

A câmara escura consiste num equipamento formado por uma caixa preta totalmente vedada da luz, tendo no meio de uma das faces um pequeno orifício ou uma objetiva. Quando apontada para algum objeto, a luz deste projeta-se para dentro da caixa e a imagem se forma na parede oposto ao orifício. Se na parede oposta ao invés de uma parede opaca for colocada uma translúcida, como um vidro despolido, a imagem formada será visível do lado de fora da câmera de forma invertida, mas não era possível estabilizar a imagem obtida.

Não se pode precisar a origem da invenção da câmera escura. Descrições desse tipo de conhecimento existem desde a Grécia antiga e também entre os chineses, árabes, assírios e babilônios.

Os materiais fotossensíveis utilizados na reprodução de uma imagem fotográfica são os haletos ou sais de prata que se modificam “rapidamente com a ação da luz, enegrecendo na mesma proporção que recebem luz” Salles (2008, p.02). Registros indicam que o conhecimento dessas propriedades é anterior ao século XVI.

Porém, a fotografia não pode ser inventada nessa época:

Após ser feita a impressão de uma imagem no papel de sais de prata, a imagem não se mantinha estável, pelo simples motivo que a prata continuava fotossensível. A prata reage á luz ficando mais negra á medida que recebe maior quantidade de luz. Então, se gravamos uma imagem com os grãos de prata, como faremos para olhar o resultado? É fácil, é só vê-los na luz. Mas vendo a imagem na luz, a prata continuava a ser sensibilizada enegrecendo gradativamente a imagem obtida. (SALLES, 2008, p. 02)

Então, a grande dificuldade enfrentada pelos pioneiros da fotografia foi a busca por uma maneira de estabilizar a prata impedindo-a de se sensibilizar na presença da luz após gravar a imagem.

3.1.2 Os Pioneiros da Fotografia

Nicéphore Niépce buscou utilizar chapas metálicas emulsionadas com betume para imprimir imagens na câmera escura, mas devido à sensibilidade do betume a quantidade de luz que entrava não era suficiente. Uma única imagem sobreviveu dessas experiências, sendo considerada historicamente a primeira fotografia.

Neste contexto Niépce conheceu Louis Daguerre e juntos desenvolvem uma série de experimentos em busca de um processo que estabilizasse a imagem. Mas, em 1833. Niépce faleceu e Daguerre continuou as experiências aperfeiçoando-as, fato que culminou na daguerreotipia, contornando o problema da fixação e da nitidez. Foi o primeiro sistema de revelação fotográfica anunciado comercialmente.

Simultaneamente ao anúncio da descoberta de Daguerre outros nomes também anunciaram a criação de imagens devido a ação da luz. Dentre eles, Willian Henry Fox Talbot que conseguiu produzir cópias sobre papel. Talbot desenvolveu um procedimento onde a imagem transformada em negativo gera um protótipo

passível de reprodução. Talbot verificou que uma imagem latente podia torna-se visível por meio de um tratamento químico chamado revelação, segundo Pavão (1998, p. 02) “este tratamento permitiu reduzir o tempo de exposição, que era inicialmente de cerca de uma hora, para um minuto. Talbot conseguiu assim obter imagens que incluíam pessoas”.

Também merece ser citada a contribuição de Hercules Florence que chegou a um método de fixação de imagens por contato em papel. “apesar de Florence não ter dado nenhum nome específico a seu processo pela câmara escura, seu sistema de impressão por contato em negativo foi chamado de fotografia”, cita Salles (2008, p. 06). Foi a primeira vez que se usou essa nomenclatura.

A partir daí ocorreu uma grande evolução no desenvolvimento de processos fotográficos até culminar na fotografia como é na atualidade.

3.1.3 Os Processos Fotográficos

Em 1848, Claude Niépce, descobriu que a albumina da clara de ovo é um excelente suporte para a emulsão de nitrato de prata, permitindo sua adesão na chapa de vidro. Entretanto, esse processo não pode manter-se por muito tempo devido ao custo do ovo. Após veio o processo da chapa úmida que utilizava o colódio que era mais barato e possuía melhores condições de transmissão luminosa. Conforme Salles (2008) esse processo ainda não era o definitivo, pois as chapas precisavam ser reveladas antes de secar, senão ficavam impermeáveis não permitindo a ação dos produtos químicos utilizados no processamento, perdendo a capacidade de reagir com o revelador.

Após mais ou menos vinte anos surgiu um experimento de uma suspensão de nitrato de prata em gelatina, tornando a fotografia instantânea. O processo ficou conhecido como chapa seca.

George Eastman emulsionou o primeiro filme em rolo da história e construiu uma pequena câmara para usá-lo. Foi lançada comercialmente em 1888, e nomeada “Câmara Kodak”. “ Cita Salles (2008, p. 08) “depois de terminado o rolo o fotógrafo só precisaria mandar o rolo para o laboratório de Eastman que receberia

seu negativo, cópias positivas em papel e a câmera com um novo rolo de 100 poses”

Essa descoberta foi uma grande revolução na história da fotografia, possibilitando todos os demais avanços técnicos que se seguiram até a atualidade.

No contexto nacional, Fernandes Junior (2000) salienta que a fotografia surgiu no Brasil em 1840, através do abade Louis Compte que viajava para propagar o daguerreótipo. Ao chegar ao Brasil no dia 17 de janeiro de 1840 fez três daguerreótipos que foram doados a D. Pedro II que, tinha 14 anos. Em março do mesmo ano, ele recebeu seu primeiro equipamento fotográfico da Europa e é considerado o primeiro fotógrafo brasileiro.

O mesmo abade realizou os primeiros daguerreótipos de Montevideú, porém estes não sobreviveram. Depois ele ficou residindo ali e dando aula de matemática em um Liceu.

3.2 Funções Arquivísticas

De acordo com Rousseau e Couture (1998), existem sete funções arquivísticas: criação, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão dos arquivos.

A **criação** de informações orgânicas registradas dá origem aos arquivos de instituições públicas ou privadas, pessoas físicas ou jurídicas. Para Rousseau e Couture (1998, p. 51) “as preocupações do arquivista, no domínio da criação, consistem, sobretudo em assegurar a uniformização da forma dos documentos, bem como a gestão dos documentos eletrônicos”.

A **aquisição** é a passagem dos documentos de arquivo pelas três idades dos documentos, da produção, da transferência para o arquivo intermediário ao recolhimento ao arquivo permanente. Cita Santos et al (2007, p. 179) ”a aquisição contempla a entrada dos documentos nos arquivos correntes, intermediários e permanentes”.

A **conservação** consiste em adotar meios para minimizar os efeitos de deterioração dos documentos causados pela ação do tempo, de micro-organismos e

manuseio incorreto. Não é possível eliminar completamente estes efeitos, mas diminuir seu ritmo de destruição, através da adoção das medidas corretas para cada acervo documental.

Quando se discute guarda permanente de documentos, não se espera que os documentos sejam mantidos intactos por toda a eternidade, mas que sejam guardados e protegidos de tal maneira que se estenderá seu uso e acesso ao máximo, até que seu valor primário seja superado e seu valor secundário seja utilizado em pesquisa ou em outras atividades. (NEGREIRO e DIAS, 2008, p. 14)

Conforme Camargo e Machado (1997) a **classificação** consiste em distribuir as matérias tratadas nos documentos em classes e/ou grupos de acordo com o sistema de classificação adotado. A classificação começa desde a fase inicial do protocolo, estando ela ligada às atividades de recebimento, tramitação, expedição, arquivamento e recuperação da informação contida nos documentos.

Rousseau e Couture (1998) afirmam que a classificação é a primeira etapa que leva ao acesso do acervo documental.

A **avaliação** consiste na análise dos documentos arquivísticos, com o objetivo de identificar seu valor e então estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, independente do suporte. Quanto à valoração dos documentos pode ser primário – uso administrativo, legal ou jurídico – e secundário – uso histórico probatório e histórico informativo. A avaliação deve ser iniciada na fase corrente.

A **descrição** dos documentos de um arquivo resulta em instrumentos de pesquisa que por sua vez são o elo entre o pesquisador e os documentos, pois possibilitam o conhecimento e a localização dos mesmos. A descrição é uma função realizada no arquivo permanente.

Com o objetivo de padronizar a elaboração dos instrumentos de pesquisa, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) criou a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), no Brasil o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) estruturou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

E a **difusão** que é a função arquivística estudada nesta pesquisa e, será, portanto, mais amplamente abordada.

3.3 Difusão da Informação Arquivística

É a difusão que promove a função social atribuída aos arquivos ao propagar a informação contida nos acervos arquivísticos aos usuários. Cita Bonilla (2001, p. 178) “son considerados actividades que permiten canalizar la relación entre el usuario y los documentos organizados, favoreciendo la función social tradicionalmente atribuida al archivo”.

A finalidade dos serviços de difusão é fortalecer a identidade e a imagem do arquivo, estabelecendo uma estreita relação entre arquivo, memória e conhecimento e ainda contribuir na mudança da percepção pública sobre o arquivo, pois não devem ser vistos como grandes volumes de documentos apenas para uso de uma minoria erudita com informações incompreensíveis para a maioria dos cidadãos. Nesse sentido afirma Schellenberger (2002, p. 29) “somente uma pequena fração do público conhece a extensão e o valor e percebe a rara perfeição dos documentos históricos”.

A Difusão é a função arquivística essencial na promoção e divulgação da instituição, das atividades arquivísticas e do acervo documental, independente do tipo de documentos custodiados pelo arquivo.

Conforme Perez (2005, p. 1) “o processo de difusão vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo de um centro de documentação fotográfica assim como os serviços que este coloca a disposição dos seus usuários”.

O autor supracitado ressalta que não basta tratar a documentação – aplicando com êxito as seis primeiras funções arquivísticas - deve também estar disponível. Pois, quanto maior o número de usuários buscando as informações, maior será o êxito obtido.

Portanto, é a difusão que permeia o sentido de existir de um arquivo. De acordo com as características de cada acervo documental, o arquivo naturalmente atrairá um determinado tipo de usuário, porém, se a comunidade não tiver conhecimento da existência do arquivo, do acervo que custodia e das atividades oferecidas o índice de frequentadores será muito reduzido.

Enfatiza-se que a difusão contribui para despertar o interesse de novos

usuários que, até então desconhecia o potencial informativo custodiado pela instituição.

Nesse contexto Belloto (2007) apresenta três tipos de difusão:

A difusão cultural engloba as ações que envolvem projetos culturais no recinto do arquivo, como literatura, dança música, cinema, teatro, folclore e os diversos tipos de manifestações culturais e artísticas, visando aproximar a comunidade do arquivo, não somente o pesquisador, mas também o cidadão comum.

A difusão editorial refere-se às publicações. Elas são canais comunicantes com o exterior, informando sobre o conteúdo do acervo documental, das atividades e dos programas do arquivo. A primeira forma de publicação a ser disponibilizada são os instrumentos de pesquisa. As publicações podem ser técnicas, informativas, boletins, vídeos, folders, malas-direta, entre outros.

A difusão educativa são as atividades que priorizam os alunos do ensino fundamental e médio, oportunizando a aproximação dos estudantes e também do professor com o arquivo. Os serviços educativos constituem-se de visitas, aula de história no arquivo, palestras, etc.

A difusão propicia aos arquivos a oportunidade de deixarem de ser instituições herméticas, acessíveis somente a eruditos e pesquisadores. A abertura dos arquivos a um novo público, cita Bellotto (2002, p. 25) “contribui para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e, com isso, melhor poder dar a sua contribuição para forjar um futuro mais digno para esta mesma sociedade”.

3.3.1 Difusão da Informação arquivística On-Line

Os meios de comunicação são grandes aliados da difusão, pois podem divulgar o arquivo a cidadãos que, provavelmente, não seria possível aproximar-se sem a ajuda destes canais comunicantes. Neste contexto salienta-se o uso da Internet, pois ao disponibilizarem-se atividades na web, como por exemplo, publicações eletrônicas e exposições virtuais, é facilitado o acesso à informação, alcançando também o usuário virtual.

O arquivo precisa assumir o desafio de promover mudanças, no sentido

de adequar-se às necessidades dos usuários, às novas tecnologias e às exigências do mercado da informação.

A Difusão on-line permite estreitar o relacionamento entre instituição/usuários, pois o usuário passa a ter acesso praticamente instantâneo as informações disponibilizadas.

Os microcomputadores trouxeram assim uma grande mudança no que diz respeito aos usuários do serviço on-line que, não são mais apenas os profissionais da informação, mas aqueles que, anteriormente, se valiam de um intermediário e agora fazem sua busca independentemente. (...) os serviços on-line são idealmente adequados em termos de serviços oferecidos, tornando os seus usuários mais exigentes em questão de qualidade e mais cientes do valor do serviço. (FIGUEIREDO, 1996, P. 91)

Ao tratar do tema difusão de acervos e tecnologia, FUGUERAS (2003) apresenta as vantagens obtidas no uso da Internet como mecanismo de difusão, que consistem basicamente: na disponibilização de informações arquivísticas a diferentes usuários, ao mesmo tempo a qualquer hora ou lugar; redução de custos de publicação, uma vez que a edição de páginas, em nível básico, não é difícil nem cara e; a preservação dos documentos sem impedir a consulta, pois além de informações sobre o acervo pode disponibilizar inclusive peças ou conjuntos documentais digitalizados.

A Difusão on-line desenvolve atividades e ações de difusão de acervos arquivísticos, a partir do uso da internet, onde instituições arquivísticas e usuários encontram interatividade nos seus relacionamentos proporcionando uma troca de informações rápida e dinâmica. Sendo, portanto, de grande valia tanto para a instituição quanto para o usuário.

E, nesse contexto, fazendo com que os arquivos participem do conjunto de mudanças estruturais que estão modificando substancialmente a maneira de se comunicar e interagir da sociedade em geral.

3.4 Arquivos Municipais

Conforme Machado e Camargo (2000), arquivo municipal é a instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta.

Durante muito tempo, os arquivos foram considerados apenas depósitos de papéis velhos, os famosos “arquivos mortos”. Esse descaso ocorria especialmente na administração pública.

No entanto, a crescente produção de documentos e o avanço das tecnologias da informação, ocasionaram a necessidade de acesso às informações contidas nesses documentos para comprovar direito e dar suporte à administração pública, exigindo uma melhora na qualidade dos serviços arquivísticos.

Vaz (1994) atribui a documentação municipal três aspectos importantes: esses documentos são patrimônio público, tanto na perspectiva administrativa quanto na cultural; são elementos de constituição e exercício da cidadania e; são a base da preservação da memória da sociedade.

Devendo, então, o acervo arquivístico municipal ser organizado, preservado e disponibilizado a comunidade de maneira a contribuir com pesquisas históricas e também possibilitando que a sociedade em geral possa conhecer, utilizar e participar do arquivo, reforçando a sua identidade cultural e exercício da cidadania.

Enfatizando essa ideia, Rezende (1999) diz “Apesar dos novos valores sociais, econômicos e culturais, talvez a busca pela identidade seja uma forma de resgatar o que realmente procuramos com todas estas mudanças: o direito à informação e o acesso à mesma”.

Portanto, os arquivos municipais contribuem com uma administração mais comprometida, ao tornar disponíveis as informações custodiadas aos cidadãos; revelando a memória da cidade, de um povo, sua história, sua cultura. “Os arquivos municipais representam uma forma de se preservar a história do cotidiano da administração pública, salvando o passado para servir o presente e o futuro, não só da localidade, mas de toda nação”. Rezende (1999, p. 20).

4 HISTÓRICO DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

4.1 Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro¹

No século XIX toda a documentação era guardada no arquivo da Câmara Municipal. A partir do Decreto nº 44, de 5 de agosto de 1893, sua denominação foi alterada para Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal, assumindo a competência de gerir e preservar a documentação produzida e acumulada pelos diversos órgãos e repartições do Executivo municipal. Mas, logo a seguir, o Arquivo foi rebaixado na escala administrativa, permanecendo em situação de subordinação, fato que o impediu de cumprir eficazmente suas atribuições. Daí em diante, passou por sucessivas mudanças de denominação, de subordinação e de localização, funcionando, muitas vezes precariamente, em instalações inadequadas.

No final da segunda década do século XX, o Arquivo do Distrito Federal foi reorganizado como repartição independente, sob a direção do eminente historiador Noronha Santos que procedeu ao primeiro tratamento técnico de identificação, classificação e arranjo do seu acervo documental. A partir dessa época, a quantidade de documentos que passou a ser custodiada pelo órgão se multiplicou, devido à expansão da própria cidade e ao surgimento de novas espécies documentais, tais como fotografias, filmes e discos.

Porém, a partir de 1938, com a publicação do Decreto nº 836, tornou-se um mero Serviço da Diretoria de Interior da Prefeitura do Distrito Federal. Em 1940, o Decreto nº 620 transferiu o Arquivo para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com a designação de Serviço de Arquivo Geral.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o Arquivo do Distrito Federal permaneceu como órgão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, subordinado ao Departamento de História e Documentação. Essa situação constituiu-se, mais uma vez, em um obstáculo para que o órgão pudesse cumprir a sua função de gerir e preservar a documentação permanente produzida pelo Poder

¹ Fonte: Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/o-arquivo-coment-sub-docespecial.html>. Acesso em 15 de agosto de 2012.

Executivo municipal, pois perdeu poder na escala hierárquica da administração.

Em 1963, por decreto do governador do estado da Guanabara, o Arquivo do Distrito Federal passou a ser denominado Serviço de Arquivo Histórico, mas manteve-se subordinado à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria Estadual de Educação e Cultura.

Em 1975, depois da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, quando a cidade tornou-se capital do novo estado do Rio de Janeiro e voltou à condição de município, sua denominação foi mudada para Arquivo Municipal, mas permaneceu subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

O Decreto nº 2.053, publicado em 6 de março de 1979, restabeleceu a denominação de Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, porém o manteve subordinado ao Departamento Geral de Cultura da Secretaria Municipal de Educação. Nesse mesmo ano, foram realizadas as obras para a construção do seu prédio-sede. O órgão voltou a ser encarregado da gestão e da preservação de toda a documentação de valor permanente produzida pela municipalidade.

Porém, apenas recentemente, o chefe do executivo municipal, por meio do Lei nº 3.404, de 5 de junho de 2002, determinou que o órgão se tornasse o gestor da Política de Arquivos e do Sistema de Memória da Cidade.

Assim sendo, a instituição, a partir de janeiro de 2003, com a publicação de um novo Decreto, de nº 22.615, que regulamente a Lei nº 3.404, teve ratificada as suas competências de elaborar, implantar e acompanhar a execução da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados, no âmbito do Poder Executivo do município e de fazer a gestão documental dos órgãos e entidades da administração pública municipal.

De forma a melhor cumprir com as novas responsabilidades, o Arquivo da Cidade, pelo Decreto 22.614, de 30 de janeiro de 2003, foi transferido do Departamento de Documentação e Informação Cultural, posteriormente extinto, para o Gabinete da Secretaria Municipal de Cultura.

O acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro remonta à época da fundação da cidade, em 1567. Até a Proclamação da República, os documentos originários do exercício da administração da cidade foram recolhidos ao arquivo da Câmara. Após a instalação do novo regime, com a criação da Prefeitura,

os documentos produzidos pelo novo ente municipal juntaram-se aos custodiados pela Câmara Municipal.

Com o passar dos anos, arquivos particulares de interesse público foram anexados ao acervo, assim como novas mídias foram a ele incorporadas. Deste modo, um amplo conjunto documental, que versa sobre a cidade do Rio de Janeiro, com mais de 4 séculos de existência, encontra-se à disposição do pesquisador e do cidadão:

- Acervo Iconográfico: destacam-se as fotografias, que alcançam a cifra de mais de 45.000 unidades originais, em positivo ou em negativo, em vidro ou em celuloide. Este acervo provém tanto do poder público municipal quanto das coleções particulares, abrangendo uma variedade de assuntos, tais como obras públicas, serviços públicos, atividades econômicas, edificações públicas e particulares, monumentos, festas e tipos populares, esportes, atividades de lazer e eventos oficiais. Data Limite: 1865 a 1987. É constituído ainda por mais de 4.500 unidades de cartões-postais, gravuras, desenhos e aquarelas, fotogravuras, cartazes, projetos e esboços arquitetônicos e estudos de logradouros. As datas-limites desta documentação são 1816-1965.

- Acervo Cartográfico: é constituído por mais de 3.600 unidades documentais, compostas basicamente por plantas, mapas e cartas da cidade. Suas datas-limites são 1790-1977. Este acervo trata, sobretudo, da abertura e das alterações dos logradouros públicos e das obras e reformas civis realizadas nestes locais. Recentemente, a instituição recebeu um expressivo contingente de plantas originárias do Instituto Pereira Passos.

- Acervo Audiovisual: é formado por fitas magnéticas K7 e rolo, vídeos, slides, filmes, discos, CD's, CD-Roms e vídeos ultrapassando a cifra de 2.200 unidades, cujas datas-limites são 1950-2000. Abrange uma variada gama de temas, desde eventos oficiais, como solenidades e festas de inauguração de escolas públicas, pronunciamentos e discursos oficiais, até palestras, cursos e seminários promovidos pela instituição. Também inclui programas da rádio Roquete Pinto, conferências, congressos, gravações de compositores populares, recitais de corais e de conjuntos regionais, leitura de poemas e crônicas de diversos escritores brasileiros e entrevistas e depoimentos de personalidades destacadas da história da cidade.

- Documentação Escrita: compreende dois tipos de registros: os documentos manuscritos e os documentos impressos. As datas-limites desta documentação são 1565 e 1985. Sua metragem é de 4.000 metros lineares de documentos textuais e sua quantidade ultrapassa a cifra de 3.500.000 de unidades.

- Acervo Hemerográfico e Bibliográfico: são formados por cerca de 8.000 títulos de livros e 450 de obras de referência e por 1.350 títulos de periódicos, perfazendo um total de 20.000 itens. Além disso, o acervo contém folhetos, teses e monografias (210), impressos e recortes de jornais (5.000) de coleções particulares, relativos à cidade e à sua história administrativa, urbanística, social, econômica, política e cultural.

- Coleções Particulares: Custodia também vários conjuntos documentais particulares, doados por personalidades da vida da cidade, como prefeitos, governadores, escritores, funcionários públicos, engenheiros e professores.

4.2 Centro de Fotografia de Montevideú (CdF)²

O Centro de Fotografia de Montevideú é uma instituição pública que se dedica a conservar, documentar, gerar, investigar e divulgar imagens fotográficas de interesse para uruguaios e latinoamericanos. Foi criado em 2002 e é uma unidade pertencente a Divisão de Informação e Comunicação do Município de Montevideú.

Custodia um acervo em constante crescimento, composta por cerca de 120.000 fotografias históricas, correspondendo ao período de 1840-1990, e 30.000 fotografias contemporâneas. Em constante processo de digitalização, as fotografias históricas estão disponíveis ao público para consulta e reprodução. As fotografias contemporâneas são realizadas pelos fotógrafos que formam a equipe do CdF, e continuam alimentando o acervo. Essas fotografias não estão disponíveis para o público em geral.

Sob as regras e padrões internacionais de conservação é realizada a conservação preventiva, digitalização, e descrição documental do acervo. Os originais são acondicionados em uma câmara com temperatura e umidade controladas.

² Fonte: disponível em: <http://cdf.montevideo.gub.uy/content/quienes-somos>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

No Salão da CdF exibe-se a obra de autores contemporâneos do Uruguai e do mundo, e as fotografias pertencentes ao acervo do próprio centro. O CdF gerencia cinco espaços expositivos: a sala do CdF, a fotogaleria de Solis, e três fotogalerias a céu aberto, localizadas no Parque Rodó, Prado, e Cidade Velha. Todos os espaços são destinados exclusivamente para a exposição de fotografia.

O primeiro espaço para exposições fotográficas é a sala do CdF, que se encontra na sede do próprio Centro. A Fotogaleria de Solis é um espaço destinado a exposições fotográficas sobre artes cênicas, situada nas galerias laterais do histórico Teatro Solís. A primeira fotogaleria a céu aberto foi inaugurada no Parque Rodó em dezembro de 2009, em setembro de 2010 a fotogaleria no bairro Prado e em março de 2012 se instalou a fotogaleria da Cidade Velha.

O CdF ganhou um prédio na 18 de julho, principal avenida de Montevideo que, no momento está passando por reformas. O espaço terá local para exposições, sala para laboratórios de conservação e restauração onde serão ministrados cursos.

O Centro de Fotografia realiza chamados anuais para que um jurado composto por três integrantes para selecionar trabalhos fotográficos para expor em seus diferentes espaços.

4.3 Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico³

A criação do Núcleo Fotográfico, do Arquivo Municipal de Lisboa, em 1942, teve como principais objetivos centralizar a produção fotográfica dispersa pelos vários setores e assegurar a sua conservação.

Durante as décadas de 1940 a 1960, o acervo do Arquivo cresce pelas mais diversas vias: leilões, doações, legados e ainda pela encomenda pontual ou através de acordos estabelecidos com alguns fotógrafos.

A gestão documental do Arquivo é iniciada na década de 1960. No período posterior a 1974, as restrições orçamentais inviabilizaram a aquisição de novas imagens. A partir de 1990 define-se a reestruturação global do Núcleo Fotográfico em moldes modernos e atuais, acompanhando as novas tecnologias de

³ Fonte: Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/default.asp?s=12079&ctd=3853> Acesso em: 15 de agosto de 2012.

conservação e difusão da imagem, com o objetivo de dotar a cidade de Lisboa de um equipamento cultural inovador, dinâmico e fundamental para o património fotográfico do país.

Em 1994 é inaugurado na Rua da Palma um espaço concebido para assegurar o funcionamento do Núcleo Fotográfico nas suas principais vertentes: recolhimento, preservação, investigação e divulgação da memória fotográfica de Lisboa.

O acervo detém atualmente cerca de 600.000 imagens (positivos e negativos) das quais mais de 93.000 estão informatizadas e disponíveis ao acesso público.

A coleção tem um conteúdo com valor documental e patrimonial único para a História de Lisboa nos seus aspectos urbanísticos, arquitetónicos, sociais, políticos, vivenciais e para a História da fotografia em Portugal, pelos fotógrafos representados e pelos processos fotográficos aí conservados desde 1850 até aos nossos dias.

A equipe do Fotográfico é constituída por especialistas das áreas de História, Conservação, Fotografia e Ciências Documentais, que prestam um serviço qualificado e personalizado ao público escolar, investigadores e a todos os que diariamente utilizam as suas imagens.

Atualmente, a política de aquisições e incorporações do acervo, no Núcleo Fotográfico, mantém-se ativa com importantes doações, como o espólio *Eduardo Portugal* e mais recentemente o espólio *Parque Expo*, com cerca de 250.000 imagens, aquisições como o espólio *Artur Pastor* e encomendas a fotógrafos como as fotografias dos projetos *Lisboa - Anos 90* e *Uma Cidade de Futebol*.

O Núcleo Fotográfico mantém a divulgação da fotografia portuguesa e internacional com a organização de exposições temporárias nas suas instalações. Enquadram-se, também, nesse objetivo as exposições itinerantes, destinadas a dar a conhecer o acervo do Arquivo e a frequente participação em eventos relacionados com a fotografia, como na 1ª e 2ª edição da Lisboaphoto de 2003 e 2005.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados obtidos com o levantamento de dados realizado para essa pesquisa, identificou-se as atividades de difusão que estão sendo utilizadas pelos arquivos pesquisados.

Ao proceder-se a análise das respostas optou-se pela fusão da descrição textual com alguns dados apresentados em quadros para melhor compreensão dos resultados, destacando-se palavras chaves referentes às perguntas realizadas.

5.1 Identificação das Instituições e dos Recursos Humanos

A primeira pergunta apresentada no questionário tem o objetivo de identificar a instituição e quais os recursos humanos disponibilizados.

Quanto aos recursos humanos o **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** conta com 20 servidores e 58 funcionários terceirizados, sendo que os servidores possuem formação em arquivologia, biblioteconomia e história.

O **Centro de Fotografia de Montevideo** tem 26 funcionários (incluindo estagiários pagos) com formação em Fotografia, Licenciatura em Comunicação, Técnico em Gestão Cultural, Administração, Técnico em Turismo, Licenciatura em Ciências Históricas, Licenciatura em Desenho Gráfico, Atores e Arquivistas.

Já o **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico** respondeu que possui 150 funcionários no total, dentre eles diversos arquivistas, porém não especificou quantos arquivistas.

Observa-se que os três arquivos pesquisados contam com arquivistas em seu quadro de funcionários. Dado considerado satisfatório, pois o arquivista é o profissional capacitado a atuar na gestão arquivística dos documentos que formam o acervo custodiado pelas diversas instituições, sejam públicas ou privadas, garantindo que a administração desenvolva suas funções com eficiência e economia, salvaguarda de direitos e deveres dos cidadãos e contribuindo para o desenvolvimento de pesquisas.

Além disso, o arquivista desenvolve um importante papel social, pois é o intermediário entre as informações custodiadas e o usuário.

5.2 Treinamento de Equipe

Investir no treinamento de seus funcionários está se tornando uma prática cada vez mais adotada pelas empresas em geral, inclusive as instituições arquivísticas, com o objetivo de melhorar a excelência dos produtos e serviços oferecidos. Então, foi perguntado sobre o treinamento das equipes nos arquivos estudados.

O **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** respondeu que investe constantemente no treinamento de seus funcionários a partir da participação em seminários, congressos e workshops.

O **Centro de Fotografia de Montevideo** realiza o treinamento de sua equipe a partir da realização de cursos de fotografia, identificação de procedimentos fotográficos, conservação, digitalização, assim como trabalhos externos realizados por profissionais internacionais como, Solange Zúñiga, Sandra Baruki, Soledade Abarca, Roberto Aguirre, Fernando Osorio, Hugo Gez, Mirasol Estrada e Gisell Villanueva.

O **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico** investe no treinamento de seus funcionários a partir da participação em cursos de formação.

As respostas obtidas demonstram que as instituições arquivísticas citadas estão investindo na capacitação dos seus colaboradores. Fator que aumenta a eficiência nos serviços prestados.

5.3 Cadastro dos Pesquisadores

A finalidade principal de uma instituição arquivística é garantir o acesso ao acervo custodiado e ao manter um cadastro de pesquisadores é possibilitado ao arquivo além de conhecer seus usuários, mantê-los informados ao que refere-se ao arquivo, portanto, foi perguntado se os arquivos realizam o cadastro de seus

pesquisadores:

O **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** respondeu que não realiza esse tipo de cadastro.

O **Centro de Fotografia de Montevideo** realiza o cadastro de seus pesquisadores em listas de contatos onde são registradas todas as informações sobre as atividades e pesquisas dos usuários no CdF.

O **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico**, também não cadastra seus usuários.

Observa-se que apenas um dos arquivos pesquisados cadastra seu público e coleta informações sobre as atividades e pesquisas de interesse dos mesmos. Fato que facilita o acompanhamento da utilização do acervo custodiado como fonte de informação e também possibilita o contato com o usuário sempre que ocorrer no arquivo alguma atividade relacionada a sua pesquisa.

E dessa maneira facilitando a elaboração das políticas arquivísticas sólidas que vão ao encontro dos interesses informacionais dos seus usuários.

5.4 Treinamento de Usuários

Ao treinar seus usuários o arquivo promove o maior envolvimento entre usuário e instituição. Corroborando para que o público compreenda o funcionamento do arquivo, conheça os serviços, atividades e instrumentos de pesquisa disponibilizados, dessa forma, podendo o usuário usufruir ao máximo de todas as possibilidades que o arquivo dispõem. Afirma JOB (2004, p. 449) “a sobrevivência das instituições sociais depende do reconhecimento público da importância de suas funções e da relevância de seus serviços para a comunidade a que fazem parte”.

Sendo então questionado sobre o treinamento de usuários nos arquivos pesquisados:

As três instituições pesquisadas afirmaram que não treinam seus usuários.

Ocorrência considerada negativa para a otimização do atendimento prestado pelas instituições. Pois, é inegável que o treinamento de usuários contribui

de maneira significativa na valorização dos serviços e no entrosamento usuário/arquivo.

5.5 Estudo de Usuários

Conhecer o usuário é essencial ao planejamento dos serviços e atividades oferecidas pelo arquivo e na avaliação do sucesso das mesmas. E, é a partir da realização de um estudo de usuários que a instituição tem o conhecimento sobre quem são os cidadãos que utilizam os seus serviços, podendo, então, dedicar os seus esforços no desenvolvimento de serviços de informação arquivística centrados nos usuários reais e também nos usuários potenciais.

O sucesso de um órgão de informação depende, em grande parte do conhecimento, que ele possui das necessidades de informação dos indivíduos que se utilizam dos serviços oferecidos. Portanto, um estudo de usuário constitui-se num instrumento importante para a avaliação e o planejamento desses serviços. (PEREZ, 2007, p. 13)

Diante disso foi questionado se os arquivos realizam estudos de usuários: Somente o **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico** afirmou realizar esse tipo de estudos. Porém tem-se conhecimento de um aluno da especialização em Gestão em Arquivos – EAD realizou um estudo de usuários, no AGCRJ, que será apresentado esse ano.

5.6 Tipos de Usuários

Em instituições arquivísticas usuário é todo e qualquer cidadão que necessita das informações custodiadas para desenvolver suas atividades.

Então, perguntou-se quais os tipos de usuários mais frequente no arquivo:

	Rio de Janeiro	Montevideo	Lisboa
Historiadores	X	X	X
Professores	X	X	X
Estudantes		X	X
Cidadão Comum		X	X

Quadro 1 – Tipos de Usuários

Verificou-se que os arquivos fotográficos municipais de Montevideo e de Lisboa abrangem diversos tipos de usuários. Sendo que os historiadores e os professores são o tipo de usuários comum às três instituições.

5.7 Finalidade das Consultas nos Acervos

Os usuários buscam informações diversas com diferentes finalidades de pesquisa, sendo, então, importante conhecer a utilidade das informações disponibilizadas. Nesse caso, perguntou-se qual a finalidade das consultas no acervo que apresentam maior ocorrência:

	Rio de Janeiro	Montevideo	Lisboa
Pesquisa científica	X		X
Suporte ao ensino	X		X
Exposição	X		
Publicação	X	X	
Sem fim específico		X	
Outros		Impressões para fins particulares, uso para documentários	

Quadro 2 – Finalidade das Consultas nos Acervos

O **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** respondeu: pesquisa científica, suporte ao ensino e exposição e publicação.

O **Centro de Fotografias de Montevideo** citou informação sem fim específico e outro (impressões para fins particulares, uso para publicações e documentários). E o Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico citou a pesquisa científica e o suporte ao ensino.

5.8 Atividades de Difusão

O objetivo dos serviços de difusão empregados em uma instituição arquivística é divulgar o arquivo, seus serviços e atividades para o público em geral, sendo uma estratégia para aproximar a comunidade e instruí-la cada vez mais sobre o que o arquivo representa para a comunidade em que se insere.

	Rio de Janeiro	Montevideo	Lisboa
Eventos comemorativos	X	X	X
Informativo on line	X		X
Programa de rádio ou TV em torno de fotografias importantes		X	X
Exposições	X	X	X
Palestras	X	X	X
Publicações	X	X	X
Informativos	X		
Instrumentos de pesquisa on line	X		X
Catálogos de exposições		X	X
Divulgação dos serviços on line	X	X	X
Outros	NEWSLETTER	Fotoviaje, indexfoto, fotograma, jornadas de fotografia, f/22, CdF Ediciones	

Quadro 3 – Atividades de Difusão

Considerando que as atividades de difusão arquivística são o objeto de estudo desse trabalho, optou-se por representar, no quadro acima, as respostas obtidas no questionário enviado às instituições pesquisadas e em seguida ressaltar as ações de difusão que foram consideradas mais eficientes pelas instituições na difusão dos acervos.

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

- **Publicações:** Entre as diversas publicações oferecidas um exemplo é a Revista do Arquivo Geral da Cidade do RJ.



Essa revista conta com o apoio do Conselho Editorial formado por historiadores de reconhecido destaque no meio acadêmico. Esse conselho avalia a qualidade das pesquisas a serem publicadas objetivando aproximar o arquivo das instituições acadêmicas da cidade e mesmo do país.

- **Instrumentos de Pesquisa On Line:** Portal Augusto Malta.



Fotografia de: Augusto Malta
 Data: 1926
 Coleção: Prefeitura do Distrito Federal
 Descrição: Avenida Atlântica. Trecho reconstruído após a ressaca. No centro, ao fundo, o Hotel Copacabana Palace, à esquerda a praia de Coapacana.

Augusto Malta foi o primeiro fotógrafo da administração municipal, contratado para captar as imagens dos imóveis que seriam derrubados para as obras de urbanização do Rio de Janeiro, iniciadas em 1903. Sua sensibilidade de artista levou-o a fotografar inúmeros outros acontecimentos, proporcionando um painel fidedigno do Rio antigo, entre 1903 e 1937. As imagens captadas por Malta, pertencentes do acervo do Arquivo da Cidade e ao Museu da Cidade, estão disponíveis para consulta on line no site do arquivo.

- **Divulgação dos Serviços On Line:** todos os serviços oferecidos são divulgados através do site. Como por exemplo as visitas guiadas a portadores de deficiências.



- **Palestras:** Todas as quartas-feiras ocorre um evento chamado “ Quarta no Arquivo”, são palestras sobre temas relacionados a cidade do Rio de Janeiro. O texto dessas palestras está sendo liberado on line no site do arquivo.

Centro de Fotografia de Montevideo:

- **Programas de Rádio/TV em torno de Fotografias Importantes:** Ciclo Televisivo f/22 – Fotografia em Profundidade: São 24 programas de TV que tratam de temas sobre fotografia, apresentados no canal público “ Cidade e o Centro de Fotografia de Montevideo”. Todos os programas são disponibilizados on line no site.

- **Fotoviaje:** visita didática guiada por um ator para alunos do terceiro ano.



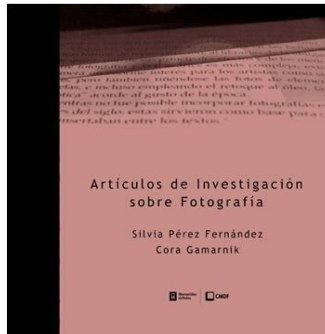
Ator que representa um fotógrafo do início do século XX.

- **Indexfoto:** Blog do CdF

- **Fotograma:** Encontro Internacional de Fotografia

- **Publicações:** CdF Ediciones: O arquivo realiza a edição anual de um livro

vinculado a fotografia.



Título do Livro: Artículos de Investigación sobre Fotografía
Ano: 2011

- **Exposições:** todas as exposições realizadas pelo CdF estão disponíveis no site. Como por exemplo a exposição “Frota Marítima e Trabalho Portuário” que conta a história portuária do Uruguai.



Título: Rebocador José Pacual
Data: 22 de agosto de 1957
Autor: José Santangelo

- **Jornada de Fotografias:** Simpósio que aborda temas sobre fotografia.



De 10 a 12 de dezembro de 2012 ocorreu a 8 Jornada de Fotografia de Montevideo com o Título “ Fotografia e História”.

Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico:

- **Eventos Comemorativos:** Atividade temática “ Santo Antônio de Lisboa” .



É uma atividade temática sobre a tradição e a festa de Santo Antônio, tem como público-alvo crianças do 1 e 2 ano do ensino básico. A atividade prática consiste na elaboração de um trono do santo com materiais reciclados.

- **Retrato Químico da Cidade:**



É uma atividade pedagógica sobre a reprodução fotográfica. Tem como público-alvo crianças do 1 ano ensino básico. A atividade prática consiste na transferência de imagens sobre a rua da Palma, onde localiza-se o arquivo, com papael químico e depois pintadas com aquarela.

- **Publicações:** A instituição oferece diversas publicações, um exemplo é o caderno do Arquivo Municipal, é uma publicação periódica onde é divulgada a história da cidade.

- **Informativo on line:** jornal “Arkivo”, informa os diversos serviços ofertados aos usuários do arquivo.

5.9 Instrumentos de Pesquisa

Os instrumentos de pesquisa são o primeiro meio de difusão de um arquivo pois, divulgam e facilitam o conhecimento do acervo aos usuários, dessa forma maximizando o acesso. Cruz Mundet (1994, p. 73), por sua vez, observa “ la difusión de la información, que debe ser precisa y rápida, exige de los profesionales la elaboración y comunicación de instrumentos de información documental, al mismo ritmo com que se genera aquélla”.

O **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** disponibiliza inventário, guia, banco de dados e catálogo. Já o **Centro de Fotografias de Montevideo** afirmou oferecer aos seus usuários um catálogo e que a instituição está trabalhando no desenvolvimento de um banco de dados. E o **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico** disponibiliza pesquisas on line, inventários, tesouros e catálogos.

5.10 Mudança Comportamental dos Usuários a partir das Atividades de Difusão

Considerando que as atividades de difusão constituem-se numa efetiva estratégia de promoção, popularização, fator de melhoria e atualização dos acervos arquivísticos, foi questionado se as instituições perceberam alguma mudança no comportamento dos seus usuários a partir das atividades de difusão oferecidas:

O **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** percebeu o aumento no número de elogios referente aos serviços prestados, recebidos por parte dos seus usuários.

O **Centro de Fotografias de Montevideo** percebeu o aumento da participação nas atividades e ocorreram mais chamados para edições e exposições no recinto.

O **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico** citou o aumento da aproximação do público em geral com o arquivo.

5.11 Instrumentos Utilizados na Divulgação do Arquivo

Os instrumentos utilizados na divulgação do arquivo são os grandes aliados da difusão arquivística, pois permitem divulgar o arquivo a cidadãos que, provavelmente, não seria possível aproximar-se sem a ajuda destes canais comunicantes. Neste contexto salienta-se o uso da Internet, pois ao disponibilizarem-se atividades na web, como por exemplo, publicações eletrônicas, exposições virtuais, e cada vez mais o uso das redes sociais, é facilitado o acesso à informação e a cultura, alcançando também o usuário virtual.

Portanto, perguntou-se quais os instrumentos que as instituições utilizam na divulgação dos seus acervos:

	Rio de Janeiro	Montevideo	Lisboa
TV	X	X	
Ambiente do arquivo	X	X	X
Home page	X	X	X
Jornal		X	X
Rádio		X	
Cartazes	X	X	X
Folhetos	X	X	X
Informativo eletrônico	X		X
Mala direta	X		X
Outros	NEWSLETTER	Redes sociais	

Quadro 4 – Instrumentos utilizados para divulgar as atividades do arquivo

De acordo com as respostas obtidas, verificou-se que os arquivos estudados utilizam como instrumentos de divulgação os mais variados meios de comunicação, porém apenas uma das instituições afirmou utilizar as redes sociais na difusão de seu acervo..

5.12 Instrumentos de Difusão que Apresentam Melhores Resultados na Instituição

Também foi perguntado qual os instrumentos de difusão apresentam melhores resultados nos arquivos pesquisados:

O **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro** citou a sua home page como o meio de divulgação de suas atividades que melhor se adapta a realidade da instituição.

O **Centro de Fotografias de Montevideo** não respondeu essa questão. E o **Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico** considera as atividades educativas, as exposições, e o uso da internet os instrumentos com melhores resultados para a instituição.

5.13 Fatores de Influencia no Planejamento da Difusão do Arquivo

Foi solicitado aos arquivos citarem quais os fatores considerados no momento de planejar as políticas de difusão a serem implementadas:

	Rio de Janeiro	Montevideo	Lisboa
Público-alvo	X	X	X
Recursos financeiros	X	X	X
Orientação superior			X
Equipe envolvida			X

Quadro 5 – Fatores de influência no planejamento da difusão do arquivo

Observa-se que os fatores mais recorrentes no planejamento das políticas de difusão nos arquivos são o público-alvo e os recursos financeiros.

5.14 Contribuição Relacionada às Atividades de Difusão

A última questão do questionário enviado aos arquivos pesquisados perguntava se as instituições gostariam de registrar alguma observação ou informação referente as atividades de difusão realizadas.

Nenhum dos arquivos respondeu a esta questão.

6 CONCLUSÃO

A partir da análise dos resultados foi constatado que a pesquisa atingiu seu objetivo principal de identificar as atividades de difusão desenvolvidas pelo Centro Municipal de Fotografia (CdF) - Montevideo – Uruguai; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo fotográfico – Lisboa – Portugal; e o Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro – Brasil, na difusão dos seus acervos fotográficos. Dessa forma, contribuindo com a análise das práticas de difusão utilizadas por arquivos fotográficos municipais de diferentes países. Pois, ao investigar e divulgar as práticas de difusão implementadas em arquivos fotográficos municipais de nacionalidades distintas, é possível contribuir para compor o panorama do que pode ser feito pelos arquivos municipais em relação a difusão dos seus acervos fotográficos. E, também pretende-se contribuir para indicar caminhos que ajudem no discernimento sobre os documentos fotográficos, e, com isso, acrescentar novos elementos de debate sobre os arquivos fotográficos municipais.

Foi constatada a presença do profissional arquivista nessas instituições e que as mesmas investem constantemente no treinamento de suas equipes a partir da participação em workshops, seminários e congressos e também na participação de cursos relacionados ao trabalho desenvolvido pelo arquivo.

No momento de cadastrar seus usuários, verificou-se que apenas o CdF realiza esse trabalho e coleta informações sobre as pesquisas realizadas. As demais instituições estão dificultando o acompanhamento do uso do acervo quanto fonte informativa e também faz com que percam a oportunidade de informar esses usuários a respeito de atividades desenvolvidas relacionadas com a temática da pesquisa.

Verificou-se a necessidade da realização do treinamento dos usuários nas instituições pesquisadas, pois nenhuma delas oferece esse serviço. E, também a necessidade da realização de estudos de usuários que, é realizado apenas no Arquivo Municipal de Lisboa. A realização de um estudo para o conhecimento de seus usuários permite que suas funções e serviços sejam avaliados a partir do uso real da documentação custodiada.

Quanto aos cidadãos que utilizam-se das informações custodiadas

nesses acervos observou-se que o CdF e o Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico estão alcançando os mais diversos tipos de usuários. Porém, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro citou somente os historiadores e professores. Sugere-se, então, a esta instituição a divulgação das suas atividades de difusão a partir das redes sociais, dessa forma, facilitando a aproximação com os estudantes e o cidadão comum.

Também verificou-se que os historiadores foram citados pelas três instituições, demonstrando que cada vez mais estão utilizando-se da fotografia em suas pesquisas.

Já nas políticas de difusão, objeto de estudo desse trabalho, constatou-se que as instituições pesquisadas estão utilizando-se de diversas estratégias de difusão, conforme foi detalhado na análise dos resultados, para atrair e fidelizar seus usuários. Fazendo uso de variados canais comunicantes para divulgar o arquivo e as atividades realizadas.

Sendo a internet um canal de comunicação amplamente utilizada pelas instituições pesquisadas, a partir de seus sites, fato louvável, considerando a rapidez na disseminação da informação via web, abrangendo assim maior número de pessoas, representando economia em relação às publicações impressas e a facilidade na constante atualização das mesmas. Inclusive, o site, foi considerado pelas instituições pesquisadas o meio que proporciona melhores resultados para a divulgação do arquivo.

Mas, apenas o CdF afirmou utilizar as redes sociais para difusão arquivística. As redes sociais são ferramentas cada vez mais populares na internet e as instituições arquivísticas não podem deixar de explorar o potencial que representam na disseminação das informações.

Em relação aos fatores de influência no planejamento da difusão dos acervos, as instituições citaram o público-alvo, evidenciando a preocupação em satisfazer ao usuário.

A partir das atividades de difusão implementadas pelos arquivos pesquisados evidenciou-se mudança no comportamento dos usuários, ficando claro o aumento no reconhecimento dos serviços prestados por parte dos usuários.

Também observou-se que, mesmo tratando-se de países diferentes, com culturas distintas, não alteram muito a forma como é realizada a difusão de seus

acervos fotográficos.

Promover o acesso a um maior número de pessoas é o objetivo principal das atividades de difusão, contribuindo para que o cidadão conheça o potencial informativo dos arquivos e saiba como utilizá-lo sempre que necessitar..

Então, conclui-se que os Centro Municipal de Fotografia (CdF) – Montevideo – Uruguai; Arquivo Municipal de Lisboa Núcleo Fotográfico – Lisboa – Portugal e o Arquivo Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Brasil, estão cumprindo com a função social atribuída aos arquivos de propagar a informação contida nos acervos arquivísticos aos usuários. Pois apesar de identificar-se alguns fatores que podem ser aperfeiçoados, compreendeu-se a existência de um esforço em busca de melhorar cada vez mais os serviços disponibilizados aos usuários.

Portanto, o profissional arquivista deve ter sempre presente que a difusão está incluída no processo de gerenciamento documental, não devendo ficar em segundo plano em relação às demais funções arquivísticas, pois é a partir da difusão que o arquivo terá sua imagem fortalecida promovendo a aproximação arquivo/sociedade.

Por fim, evidencia-se a relevância da continuidade de estudos sobre as políticas arquivísticas adotadas nos arquivos fotográficos municipais para contribuir com a busca de novas alternativas para as práticas arquivísticas nos diversos arquivos.

REFÊRENCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Indaiatuba, 2002: 14-25.

BONILLA, Diego Navarro. El Servicio de Referencia Archivístico: retos y oportunidades. **Revista Esp. Doc. Cient.**, n. 24, v.3, p.178-197, 2001.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean Yves. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa, 1998

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1994

FERNANDES JUNIOR, Rubens; LAGO, Pedro Correa do. O Século XIX na Fotografia Brasileira. Coleção Pedro Correa do Lago. [Rio de Janeiro]. Livraria Francisca Alves. 2000.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Textos avançados em referência & informação**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1996. 124 p.

FONSECA, Maria Odila. Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais. Rio de Janeiro. 1996. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FUGUERAS, Ramon Alberch. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona : Editorial UOC, 2003.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à Pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003.

JOB, R. C. Vendem-se Bibliotecas: estratégias de Marketing Cultural utilizadas pelas bibliotecas públicas do RS. **Em Questão**, Porto Alegre, V. 2, n. 2, p. 449, jul/dez 2004. Disponível em: <www6.

ufrgs.br/emquestao/pdf_2004_v10_n2/EmQuestaoV10_N2_2004_ac06.pdf>. Acesso em: 15/10/2012.

KOSSOY, B. **História e Fotografia**. 2. ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 1989. _____ . *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.

MACHADO, Helena Corrêa, CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. São Paulo:Arquivo do Estado, 2000 (Projeto como fazer; v.3)

MANINI, Miriam. Análise documentária de imagens. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 11, n. 1, p. 128-135, 2001, também em edição on line: Disponível: : <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/>, Acesso em 15 de setembro de 2012.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.3, p. 2-19, set./dez. 2008.

PAVÃO. Luis. **Capítulo 1: a história da fotografia**. Disponível em: www.lupa.com.pt/site/ficheiros/09051504258.pdf. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

PAIVA, Eduardo França. *História & Imagens*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. (Coleção História &... Reflexões, 1). p. 13-14

PEREZ, Carlos Blaya; URBANETO, Rosanara. Difusão dos arquivos fotográficos. In: **Org. Caderno de Arquivologia: 2**. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Arquivologia. Santa Maria, 2005. p. 7-23.

REZENDE, Ana Paula de; SOUZA, Regina Coeli Hosken de. Em defesa da gestão dos arquivos públicos municipais em tempos de globalização. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 5, n. 47, 1 nov. 2000 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/489>>. Acesso em: 22 agosto. 2012.

RODRIGUES, Ricardo Crissafulli. **Análise e tematização da imagem fotográfica**. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v36n3/v36n3a08.pdf> . Acesso em 04 de outubro de 2012.

SALLES, Filipe. Breve História da Fotografia. 2008. Disponível em: www.mnemocine.art.br. Acesso em: 20 de agosto de 2012.

SANTOS, Vanderlei Batista; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. **Arquivística temas contemporâneos**: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento. Distrito Federal, 2007

SCHELLENBERGER, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VAZ, José Carlos. Sistema Municipal de Arquivos. Publicado originalmente como Dicas, n. 21, mar. 1994. Disponível em: <<http://federativo.bndes.gov.br/dicas/D021.htm>> Acesso em: 22 de agosto de 2012..

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos

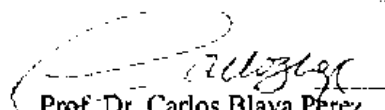
Santa Maria, 16 de agosto de 2012

Senhor (a) Dirigente

Gostaria de apresentar a Srta. **Raquel dos Santos**, aluna do Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos, que está desenvolvendo a pesquisa **A Difusão Arquivística em Arquivos Fotográficos Municipais** para a sua monografia de especialização, sob minha orientação. Neste sentido, solicitamos a sua colaboração ao responder o instrumento de pesquisa.

Antecipadamente agradecemos a sua atenção e subscrevemo-nos

Respeitosamente



Prof. Dr. Carlos Blaya Pérez
Departamento de Documentação

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ARQUIVOS**

Esta pesquisa tem por objetivo a elaboração de uma monografia a ser apresentada no programa de Pós-Graduação em Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/ Universidade Aberta do Brasil (UAB), pela acadêmica Raquel dos Santos, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Blaya Perez.

Assim, solicita-se a sua colaboração respondendo este questionário.

Obrigada pela cooperação.

E-mail: raqueldossantos505@gmail.com

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO

Nome: _____

Endereço: _____

Fone/Fax: _____

E-mail: _____

Home Page: _____

Ano de Criação: _____

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:

Nº de Funcionários e atividades desempenhadas: _____

Formação: _____

O arquivo já realizou treinamento da equipe? () sim () não

Qual?

USUÁRIOS DO ARQUIVO:

01 - O Arquivo realiza cadastro dos pesquisadores para que possa mantê-los atualizados sobre o acervo, palestras, exposições, novas aquisições e outros

serviços?

não

sim. Como é realizado?

02 - O arquivo já realizou algum programa de treinamento de usuários?

não sim

03- O arquivo já realizou estudos sobre usuários?

não sim

04 – O maior contingente de usuários é composto por... Pode marcar mais de uma opção.

historiadores professores/estudantes jornalistas cidadão comum
 outros.

Identifique: _____

05 – Para qual(is) finalidade(s) o acervo é consultado?

pesquisa científica suporte ao ensino informação sem fim específico
outro.Qual? _____

DIFUSÃO DO ARQUIVO:

01 - Quais as atividades de difusão desenvolvidas pelo arquivo?

Pode marcar mais de uma opção.

eventos comemorativos

informativo on-line

programa de rádio e/ou TV

exposições

em torno de fotografias importantes

palestras

publicações

informativos

Instrumentos de pesquisa on-line

catálogos de exposições

divulgação dos serviços on-line

outros. Quais?

Com que periodicidade são realizadas estas atividades?

02 – Quais os instrumentos de pesquisa disponibilizados pelo arquivo? (inventário, guia, banco de dados, catálogos, listas, etc)?

03 – A partir do desenvolvimento das atividades de difusão é perceptível uma mudança no comportamento dos usuários? Em caso afirmativo, qual(is)?

04 – Quais os meios e instrumentos utilizados para divulgar as atividades do arquivo?

Pode marcar mais de uma opção.

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> TV | <input type="checkbox"/> cartazes |
| <input type="checkbox"/> no arquivo | <input type="checkbox"/> folhetos |
| <input type="checkbox"/> Home page do arquivo | <input type="checkbox"/> informativo eletrônico |
| <input type="checkbox"/> jornais | <input type="checkbox"/> mala direta |
| <input type="checkbox"/> rádio | |
| <input type="checkbox"/> outros. Quais? _____ | |

05 – Qual a atividade de difusão que apresenta melhores resultados ou que se adapta melhor a instituição? Por quê?

06 – Quais os fatores que mais influenciam no momento de planejar a difusão do Arquivo?

público alvo

equipe envolvida

recursos financeiros

orientação superior

outros _____

07 - Você gostaria de registrar alguma informação ou contribuição relacionada às atividades de difusão implementadas no arquivo que não tenha sido citada neste questionário?